

Geografia como museu: história privada e idealismo conservador em *The Nature of Geography*¹**Geography as museum: private history and conservative idealism in *The Nature of Geography***

Neil Smith

Departamento de Geografia, Rutgers University

Tradução:

Larissa Alves de Lira

Universidade Federal de Minas Gerais

laralira@gmail.com

“A filosofia de Kant, que foi o fundamento da mentalidade Ocidental por um século e meio, e que passa por um significativo ressurgimento na virada do século, deve melhor lançar luz sobre a natureza da geografia que o foco na definição específica de Kant sobre a disciplina.” (Vincent Berdoulay, 1978, 88).

Possivelmente, mais influente livro no século XX para a geografia de língua inglesa, *The Nature of Geography*, de Richard Hartshorne's, foi abraçado quase como o texto sagrado por uma geração, totalmente desdenhado por outra e, hoje, é uma fraca curiosidade histórica para uma terceira. A substância do texto, agora seletivamente utilizada no âmbito da disciplina, está hoje largamente abandonada a seu próprio contexto histórico. No entanto, uma reconsideração deste trabalho para além das cortinas espocais de “jogadas” sucessivas da teoria positivista e social a geografia revela consideráveis insights não apenas sobre o tipo de inquérito produzido pela história da geografia, mas também sobre a sua atual e difícil situação.

Com *The Nature*, Hartshorne pretendia revelar a lógica racional da geografia, mas só foi bem sucedido na medida em que santificou simultaneamente um incipiente isolacionismo da disciplina, do qual a geografia humana, em particular, está apenas agora emergindo.

¹ Publicado originalmente em Smith, N. “Geography as Museum: Conservative Idealism in ‘The Nature of Geography,’” in J.N. Entrikin and S. Brunn (eds.) *Reflections on Richard Hartshorne's “The Nature of Geography”*, Occasional Papers of the Association of American Geographers, 1989, 89-120. (N.T.)

Ironicamente, com a reconexão da geografia humana com a intelectualidade convencional na última década – com a “revalorização do espaço na teoria social crítica”, como coloca Soja (1989) – alguns dos temas salientes do tomo de Hartshorne estão sendo trazidos à superfície.

Seria uma inconveniência redutora ver nessas recentes mudanças epistemológicas – a virada empirista, a rejeição seletiva da teoria, a renovação da celebração do único a despeito do geral – um simples retorno para o conservadorismo neokantiano que Hartshorne celebrou cinquenta anos atrás. Mas o ressurgimento dessas questões sugere que, qualquer tenha sido a ferocidade da crítica dirigida a Hartshorne nos anos de 1950 e 1960, essas questões talvez não estejam resolvidas na memória coletiva da disciplina. Como o conservadorismo do presente claramente afeta os contornos das novas ideias acadêmicas que estão hoje na moda, dificilmente seria inadequado reavaliar a grande contribuição do mais proeminente intelectual conservador da geografia do século XX.

Escrevendo em 1938 e 1939, Hartshorne estava motivado por numerosas questões políticas e intelectuais. Dado o seu didático hábito de confrontar oponentes de maneira oblíqua e frequentemente com desdém, os argumentos de *The Nature* não estão em nenhum lugar agrupados em uma simples lista, mas poderiam ser resumidos de alguma maneira como segue. Primeiro, há um ambiente caótico de competição de ideias e direções na geografia americana no período do entre guerras e, para Hartshorne, isso comprometeu o bem geral de uma disciplina unificada. Relacionado a isso, haveria uma insuficiente preocupação e respeito pelas tradições estabelecidas na geografia. Em terceiro, a rejeição do determinismo ambiental falhou em reestabelecer uma fundação conceitual apropriada à disciplina internamente ou a arbitrar a posição da geografia externamente em relação a outros campos. Finalmente, uma variedade de conceitos geográficos teria sido reinterpretada em função de ideais nacionais claramente partidários, mais obviamente, mas não exclusivamente, na Alemanha nazista. A ambição científica do projeto de Hartshorne nem sempre é apreciada. Ele procurou nada menos do que resgatar a geografia desses desvios, como ele afirma então, no sentido de estabelecer uma fundação científica defensável para as pesquisas do século XX.

A tese central deste artigo é: qualquer que tenha sido a intenção, a reconstrução de Hartshorne gerou um compromisso da disciplina com uma existência museológica. Seus conceitos foram desenterrados e reconstituídos a partir de uma leitura altamente seletiva da história da disciplina, polidos e expostos como objetos intelectuais de arte. O perímetro

museológico foi ciosamente cercado por um anel de distinções conceituais em que os geógrafos se inseriram e que efetivamente desencorajou potenciais intrusos. Hartshorne é sem dúvida a principal inspiração de ideias kantianas e neokantianas na geografia anglófila do século XX e com uma reconsideração receptiva de seu trabalho de volta à agenda disciplinar (Hart, 1982) – e de fato, houve um amplo recrudescimento de perspectivas neokantianas na teoria social crítica – é importante explorar criticamente as bases filosóficas e os efeitos de sua obra no seu contexto histórico.

Se o trabalho do geógrafo alemão Alfred Hettner forneceu a fonte imediata para grande parte do tratado metodológico de Hartshorne, a perspectiva filosófica deveu-se, em última instância, à filosofia crítica do idealista alemão Immanuel Kant (1724-1804). O próprio Hettner foi muito influenciado tanto por Kant como pelo ressurgimento da tradição neokantiana no final do século na filosofia alemã. Neste ensaio, eu gostaria de examinar a conexão kantiana [com a obra de Hartshorne] na medida em que ela nos permite remover algumas das camadas filosóficas de sua abordagem. Suas raízes kantianas já foram observadas (Schaefer, 1953; Harvey, 1969; maio de 1970; Livingstone e Harrison, 1981) e sujeitas a um escrutínio filosófico. Mas eu gostaria de associar essa discussão conceitual às consequências práticas da epistemologia de Harshorne para a disciplina. Isso envolverá uma discussão sobre Kant, bem como uma discussão sobre o renascimento neokantiano. O tratamento de Hartshorne dos conceitos centrais de região e paisagem será examinado a fim de ilustrar as implicações de seu enquadramento neokantiano.

Em segundo lugar, quero considerar a conexão entre filosofia e história no coração das abordagens empreendidas no *The Nature*. A descrição geralmente aceita de Hartshorne como historicista é muito simples; ele apresenta uma história disciplinar privada continuísta, que é altamente conservadora e ativamente anti-histórica metodologicamente. A história é o meio pelo qual ele estabelece um cânone geográfico altamente seletivo. Onde hoje outros ramos da investigação geográfica ultrapassaram seletivamente a ortodoxia hartshorniana, a emergência de uma história crítica e contextual da geografia só agora começa a escapar do foco internalista e idealista que Hartshorne promovia.²

² Entre as histórias mais contextuais da Geografia, muitas são essencialmente histórias intelectuais e críticas. Ver, por exemplo, Stoddart (1986); Berdoulay (1978, 1981); Glick (1983); Entrikin (1984); Livingstone (1987); Solot (1986). Outros adotaram uma preocupação mais materialista para vincular a história intelectual da disciplina às

Começamos colocando o próprio trabalho de Hartshorne no seu contexto histórico.

O quadro histórico

A estrutura disciplinar contemporânea do conhecimento acadêmico [da geografia] data do final do século XIX. Houve, é claro, demarcações conceituais anteriores no terreno acadêmico, mas apenas a partir de algumas décadas do final do século passado a divisão acadêmica do trabalho foi institucionalizada, primeiro na Europa, depois em outros lugares. A rápida expansão do conhecimento, a profissionalização de especialidades diferenciadas, a obrigação crescente de vincular o conhecimento a usos sociais distintos, e as implicações politicamente voláteis de uma ciência social unificada, integrada e frequentemente crítica (“economia política”), tudo isso encorajou a especialização e a divisão do trabalho acadêmico em disciplinas ou campos facilmente definíveis. Cada uma tinha um propósito, um foco e/ou um objeto de estudo. Como era próprio do Novo Mundo do final do século XIX, onde a expansão econômica e geográfica envolvia principalmente um ataque ao ambiente físico, a incipiente tradição geográfica nos Estados Unidos era fortemente física na orientação. Nesse contexto, uma geografia emergente procurou se separar da Geologia através do direcionamento de seus estudos à superfície da Terra e na relação entre as características físicas e humanas observadas na paisagem. No entanto, com o crescente agnosticismo espacial, social e político da economia política marcando a transição para as economias neoclássicas (Marshall, 1890), a contenda pela turfa intelectual, do que se tornariam as ciências sociais, foi especialmente intensa.

A promessa e o apelo do determinismo ambiental – “passe de entrada da geografia como ciência moderna”, como observa Peet (1985, 310) - na época em que a transformação industrial da paisagem se manifestava cada vez mais, só podem ser entendidos nesse contexto. Além de explicar as formas e processos da paisagem natural, os geógrafos procuraram enraizar-se no léxico científico robusto das ciências físicas e biológicas como um meio de explicar as rápidas mudanças da paisagem humana. Esse elo causal entre o ambiente físico e o ambiente

questões mais amplas das mudanças sociais e geográficas: Hudson (1977); Capel (1981); Smith (1984a, 1988); Peet (1985); Stoddart (1986); Breitbart (1988); Powell (1988); Godlewska (1989); Kirby (1989, no prelo).

humano, o apelo a um naturalismo penetrante, constituía o cerne do direito da geografia ao seu próprio nicho na divisão do trabalho científico que tomava forma.

Isso foi, é claro, um movimento natimorto. O determinismo ambiental foi rapidamente desacreditado, menos por suas duvidosas implicações sociais e políticas do que por sua insustentabilidade em meio ao turbilhão de mudanças sociais que marcaram o fin de siècle. Foi, de fato, o fim de uma era, uma reestruturação na qual, como já fora observado uma vez sobre uma transformação anterior, “tudo que é sólido se desmancha no ar” (Marx e Engels, 1955, 13; ver também Berman, 1982). Tentando explicar um mundo sólido que estava derretendo diante de seus olhos, os deterministas ambientais foram pegos olhando para trás, para o século XIX, e não para frente, para o século XX, e foram rapidamente metamorfoseados em rochas intelectuais. Qualquer que fosse sua utilidade ideológica em termos de expansão imperial e opressão doméstica (Peet, 1985), o determinismo ambiental era uma tecnologia [intelectual] obsoleta para compreender e manipular as dramáticas mudanças sociais e geográficas daquela época. Bowman foi apenas o mais explícito de uma nova geração de geógrafos a observar que a Primeira Guerra Mundial, a Conferência de Paz de Paris e os dramas políticos do mundo do pós-guerra haviam expurgado todos os vestígios de determinismo ambiental de sua *Weltanschauung* geográfica.³ A iniciativa na geografia americana passou de forma decisiva, se não exclusivamente, para um lado humano despreparado do campo.

As dimensões geográficas do fin de siècle foram profundamente importantes de um ponto de vista econômico, político e histórico. Se essas dimensões foram amplamente percebidas na época, o reconhecimento da centralidade da geografia nessa mudança histórica diminuiu, para ser reavivada apenas nos últimos anos dessas mudanças. O imperialista britânico Cecil Rhodes (Beer, 1898), o geógrafo alemão Alexander Supan (1906) e o revolucionário russo Vladimir Lenin (1917), todos compartilharam o entendimento de que a era da expansão geográfica através dos territórios pelo capital havia terminado essencialmente e de que somente uma nova divisão desse território global entre os Estados-nações e economias concorrentes seria a partir de então possível. Assim, o turbilhão de mudanças também organizou, em um novo período, em um novo estágio de desenvolvimento capitalista, o advento do alto

³ Isaiah Bowman para James Truslow Adams, 2 de Agosto de 1924, Coleção Isaiah Bowman, Johns Hopkins University.

modernismo (Schorske, 1980; Kern, 1983). Mackinder (2011, p. 87 [1904, p. 421]) pode ter mais bem capturado esse espírito em seu trabalho clássico, “O pivô geográfico da história”:

De hoje em diante, na idade pós-Colombina, devemos novamente ter de lidar com um sistema político fechado, e no entanto será um de escopo mundial. Toda explosão de forças sociais, no lugar de ser dissipada em um circuito ao redor, de espaço desconhecido e caos bárbaro, será fortemente reecoada desde as longínquas partes do globo, e por isso os fracos elementos no organismo político e econômico do mundo serão em consequência destruídos.⁴

Mas o início do século XX é um fim apropriado para a grande época histórica... De hoje em diante, na idade pós-Colombina, devemos novamente ter de lidar com um sistema político fechado, e, no entanto, será um de escopo mundial. Toda explosão de forças sociais, no lugar de ser dissipada em um circuito ao redor, de espaço desconhecido e caos bárbaro, será fortemente reecoada desde as longínquas partes do globo, e por isso os fracos elementos no organismo político e econômico do mundo serão em consequência destruídos.

Infelizmente, Mackinder não aceitou seu próprio desafio. Ele olhou para trás, ao invés de olhar para frente, para elucidar o pivô geográfico da história. Tampouco esse desafio foi aceito pela disciplina como um todo. O insight mais amplo de que a expansão econômica e política não ocorreria mais através da expansão geográfica - que havia poucos ou nenhum novo mundo a conquistar - passou para a tradição da disciplina sem que a profundidade desta mudança fosse exposta ou explorada (Smith 1984b). Nos EUA como na Europa, a emergência de uma nova geografia política no período entre as duas guerras (mal acompanhada por uma geografia econômica comparável) representou um reconhecimento parcial dessa nova proeminência do espaço. Mas ela estava mal equipada e mostrou pouca propensão para lidar com as inúmeras explosões de forças sociais (e econômicas) que Mackinder havia antecipado ou com seus efeitos globais. Por fim, a nova geografia política não foi suficientemente reconstruída para evitar que Sauer (1941, 1-2) descrevesse este período como “o Grande Retiro”.

⁴ Segundo Mackinder, H. O pivô geográfico da história. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N. 29, pp. 87 - 100, 2011. Tradução de Fabrício Vasselai. [NT].

Se o novo mundo do entre as guerras exigia uma geografia renovada, era um chamado natimorto (Hudson 1977). A geografia evitou o modernismo. O grande recuo foi o descendente não inevitável da “grande derrota” do determinismo ambiental. Ele marcou a retirada [da geografia] da competição no estabelecimento do campo acadêmico, um isolamento das reflexões sobre a fermentação contemporânea que emergia na teoria social, econômica e política e uma resignação crescente de que a geografia ocupava os interstícios fragmentados das ciências sociais dominantes. Cada vez mais espremida, a geografia racionalizou seu isolamento através de um apelo ao papel sintético supostamente definidor da disciplina, conectando as ciências naturais e sociais - na realidade, um local intersticial, apesar do nome pomposo. Em termos práticos, o período foi dominado pela “corografia” e pela cronologia (descrições regionais detalhadas), “aparentemente na esperança de que eventualmente tais estudos de alguma forma se somassem ao conhecimento sistemático” (Sauer 1941, 2). Foi nesse frustrante vácuo intelectual que Hartshorne lançou *The Nature*.

Em sua varredura histórica e filosófica aparentemente exaustiva, *The Nature* proporcionou a uma geração crucial de geógrafos americanos (os primeiros treinados como geógrafos) uma autojustificação sem precedentes precisamente quando uma perspectiva externa, em vez de uma virada para dentro, poderia ter sido tão promissora. Aqueles que o leram ficaram indubitavelmente impressionados com sua visão erudita e o pedigree histórico de grandes nomes da filosofia (de Heródoto a Kant, de Humboldt a Hettner) que eles, como geógrafos, poderiam reivindicar. Nenhuma outra síntese da geografia podia afirmar ter uma erudição tão expansiva ou questionadora. A grande maioria de geógrafos não o leu ou nunca o terminou de fato, apesar de tudo absorveram o respeito transmitido por esse trabalho. Como afirmação dominante da natureza da geografia, o livro de Hartshorne não foi efetivamente desafiado por quase uma década e meia, apesar de sua ótica partidária, e permaneceu a perspectiva filosófica hegemônica por pelo menos mais uma década.

Sendo o acordar do antimodernismo, *The Nature* fortaleceu a atitude defensiva interna da disciplina. Longe de promover um despertar da investigação geográfica, o texto sagrado levou os fiéis para o deserto, encorajando-os a um novo recuo, aprofundando-o em vez de auxiliar a disciplina a superá-lo. Além de uma justificação filosófica, Hartshorne ofereceu à geografia uma herança distinta, mas às custas de evitar qualquer relacionamento sério com as tendências intelectuais contemporâneas. Ao lado dos esforços contemporâneos para situar a

disciplina (por exemplo, Bowman 1934), era uma conquista cuja empreitada foi intelectualmente sem igual. Mas fez da geografia um museu de elite no qual o único futuro concebível era dado nas escrituras mortas do passado. Freud e Weber, Keynes e Radcliffe-Brown incentivavam disciplinas circundantes; Gramsci e Lukacs, Marcuse e Lefebvre estavam lutando por uma teoria social mais crítica com implicações espaciais incipientes. No entanto, *The Nature* vedou a geografia a esses discursos emergentes, presumivelmente achando-os irrelevantes. A amplitude genuína da visão de Hartshome foi inteiramente direcionada ao passado e, por seu próprio sucesso interno, funcionou para impulsionar ainda mais a geografia para dentro, codificando seu isolamento.

As estruturas kantianas

Se Kant iniciou a moderna tradição idealista na filosofia alemã, ele o fez em reação ao cul-de-sac [impasse] do empirismo britânico do século XVIII. Hume, em particular, derivou um agnosticismo sobre a ideia de causa, resignando-se à possibilidade de reconhecer apenas as regularidades empíricas, mas excluindo o discernimento das causas. Só porque o sol nasceu ontem, e muitas milhares de vezes antes, isso não oferece nenhuma certeza de que ele se levantará amanhã. Uma das contribuições centrais de Kant para a Filosofia foi a tentativa de corrigir a ruptura entre a teoria e a observação empírica, e na qual o empírico recebia prioridade. Ele manteve a crítica epistemológica como o modo apropriado de análise e procurou estabelecer a lógica de como conhecemos e construímos o mundo. A crítica de conceitos e das formas de saber eram meios para esse fim.

Escrevendo antes da divisão acadêmica do trabalho moderna, o trabalho de Kant abrange uma extensa gama de campos: epistemologia e cosmologia, lógica e ética, história e história natural, religião e ciência, educação e raça, direito e estética. Kant tem sido reivindicado como uma inspiração significativa para uma gama igualmente diversa de tradições filosóficas contemporâneas, do positivismo ao humanismo e ao marxismo. Nossa preocupação aqui é principalmente com a epistemologia de Kant, ela própria suficientemente complexa, diversificada, evolutiva e às vezes uma inconsistente literatura, ainda que seria imprudente e distracionista tentar um resumo abrangente. Em vez disso, será suficiente ensaiar um princípio pivotal e familiar da epistemologia de Kant. Este argumento é resumido no início de *A Crítica*

da Razão Pura, possivelmente o trabalho mais importante de Kant e certamente o mais influente na elaboração de sua filosofia crítica. É também este argumento que é espelhado na metodologia Hartshorne, e isto, sem qualquer pretensão de elaborar um resumo abrangente, explica sua importância aqui.

Kant propôs que, de fato, havia um mundo real composto de coisas em si, mas sua transmutação em pensamento era um processo complexo. De um lado, a coisa-em-si engendra em nós uma sensação, e, do outro, a sensibilidade humana e a intuição criam ordem a partir destas sensações. A sensação e sua ordenação se combinam no que Kant chamou de “fenômeno”. O fenômeno se interpõe entre a coisa-em-si e o discurso conceitual, mas é um produto de ambos (Kant, 1919 ed., 15-17). A dialética kantiana tenta assim resgatar a unidade de Sujeito e Objeto da resignação do empirismo e do positivismo através da dualidade. Sujeito e Objeto se misturam, são interrelacionados, no fenômeno, mas são, ao mesmo tempo, distintos.

A partir da vantagem do olhar do século XX, a crítica central à sua abordagem é ensaiada. A coisa-em-si permanece inacessível à manipulação conceitual, e não há verificação possível de que o “fenômeno” tenha algo a ver com o mundo composto por coisas-em-si. Na medida em que Kant recupera um componente teórico ou intuitivo para construção do conhecimento, o conhecedor, não o conhecido, torna-se o maior contribuinte. A preocupação prática de Kant é estabelecer um sistema lógico de crítica conceitual, ao qual ele dá o nome de “idealismo transcendental” (1919 ed., 400). Mas este idealismo, privilegiando como privilegia o Sujeito, teve a consequência não intencional de reintroduzir um dualismo alternativo entre Sujeito e Objeto, conceito e realidade: “Todo pensamento... deve, direta ou indiretamente, voltar às intuições (*Anschauungen*), ou seja, à nossa sensibilidade” (Kant 1919 ed., 15).

Entre suas volumosas discussões sobre o espaço (Garnett, 1939), Kant oferece uma conceituação consistente: “Mantemos a realidade empírica do espaço no que diz respeito a toda experiência externa possível, mas ao mesmo tempo sua idealidade transcendental” (Kant, 1919 ed., 22). No entanto, ele também via o espaço e o tempo como excepcionais. O espaço e o tempo não eram categorias simples de experiência para Kant, mas sim formas de intuição; eram a priori, “duas formas puras” de intuição pré-estabelecidas, não na natureza externa, mas na capacidade humana básica de perceber “uma propriedade de nossa mente” (Kant 1919 ed., 17, 18). Como Bertrand Russell (1945, 713) disse certa vez, referindo-se a Kant, “nós carregamos

... no interior de nós mesmos” espaço e tempo como pura intuição. Estas formas puras de intuição ordenam automaticamente nossa experiência empírica.

Como parte de sua crítica epistemológica, Kant já estava preocupado em derivar dessas concepções uma divisão lógica dos diferentes campos de conhecimento. Em acordo com seu projeto maior, esta primeira tentativa de mapear a divisão do trabalho acadêmico era antes de tudo uma questão de rigor conceitual e consistência, um esforço para ordenar o conhecimento como um meio de ordenar eventos do mundo real. Ele propôs dois sistemas de classificação separados. De um lado, o conhecimento poderia ser classificado logicamente ou sistematicamente de acordo com as diferenças percebidas nos fenômenos – de forma conceitualmente paralela à noção contemporânea de que diferentes campos têm diferentes objetos de estudo. Por outro lado, dada a importância do espaço e do tempo como modos de intuição a priori, também é importante reconhecer uma certa prioridade profunda ao conhecimento espacial e temporal do mundo como um todo. Esta tarefa coube aos campos da geografia e da história, respectivamente, para Kant:

Descrição segundo o tempo é história, aquela se faz segundo o espaço é geografia... A história difere da geografia apenas na consideração do tempo e da área (Raum). A primeira é um relato de fenômenos que se sucedem um ao outro (nacheinander) e tem como referência o tempo. A segunda é um relato de fenômenos que coexistem uns aos outros (nebeneinander) no espaço... A história é uma narrativa, a geografia é uma descrição... Geografia e história preenchem toda a circunferência de nossas percepções; geografia a do espaço, história a do tempo (Kant 1923 ed., citado em Hartshorne, 1961 ed., 135).

Hartshorne compartilha dos princípios centrais da epistemologia kantiana. Em sua discussão interna sobre a natureza da geografia, ele emprega uma crítica amplamente kantiana de conceitos como o procedimento epistemológico apropriado. Em seu tratamento externo da “posição da geografia entre as ciências” (367)⁵, o próprio fraseamento da pergunta mais uma vez segue paralela a Kant tanto quanto a forma da resposta. Vamos examinar brevemente cada uma dessas questões.

Em sua interrogação sobre a natureza da geografia, Hartshorne procurou estabelecer um fundamento filosófico logicamente consistente para a disciplina. Isso envolveu uma

⁵ As citações neste artigo que se referem apenas a números de página, referem-se a Hartshorne, 1961 ed.

consideração sistemática dos conceitos centrais de geografia, uma crítica de significados potencialmente contraditórios ou ilógicos, o esclarecimento de confusões e o estabelecimento de definições mais ou menos técnicas para conceitos básicos: “Os requisitos fundamentais do raciocínio lógico em qualquer ciência exigem que os termos básicos da discussão metodológica sejam definidos com precisão e as definições seguidas nas discussões” (158). Alertando-nos antecipadamente para a dificuldade do projeto, ele adverte, em conexão com sua discussão sobre as regiões, que “por mais tortuoso que seja o caminho que os outros tenham traçado para seguirmos, abriremos nosso caminho em direção a luz do dia” (252). Para o leitor despreparado, a trabalhosa dissecação semântica do conceito de “região”, “ciência” e “paisagem”, a questão se a geografia estuda apenas “coisas percebidas pelos sentidos”, a investigação se as regiões são “todos unitários” ou ainda “objetos reais”, e assim por diante - tais discursos estendidos e repetitivos (repetitivos no interesse de sua completude lógica) devem com efeito terem parecido tortuosos, pedantes, escolásticos ao extremo. E, no entanto, este tratamento demonstrou uma certa consistência.

Em *The Nature*, Hartshorne trabalha os conceitos de geografia de forma sistemática, impondo a eles uma ordem lógica. Assim como a primeira classificação do conhecimento de Kant, segundo as diferenças dos fenômenos, Hartshorne concebe o conhecimento mais como terreno geográfico do que como processo histórico. Ele concebe vastos continentes de conhecimento subdivididos ordenadamente em assuntos distintos, separados por fronteiras nacionais bem definidas. Uma delicadeza homóloga de subdivisão diz respeito internamente às especialidades, mas também em relação a certos conceitos básicos. Esses podem ser concebidos como tomando o lugar das principais instituições políticas do Estado-nação. Assim como o cientista político tradicional pode pesquisar essas instituições uma a uma, em cursos introdutórios sobre governo, estabelecendo suas principais características e significados centrais e demarcando suas fronteiras jurisdicionais, Hartshorne seleciona conceitos de geografia para estabelecer uma paisagem conceitual organizada, desprovida de lacunas e sobreposições.⁶ A metodologia de Hartshorne é essencialmente constitucional. Ela trata a geografia como uma república e não como uma democracia.

⁶ A evocação mais explícita desta metáfora geopolítica do conhecimento vem do filósofo francês Louis Althusser que também evoca sua própria versão dos *hiatos irracionais* através de uma distinção intransponível entre o “objeto real” e o “objeto do conhecimento”. A quantidade de proposições kantianas que Althusser contrabandeia para o seu estruturalismo reconstruído até agora não foi notada pelos críticos de Althusser, muitos dos quais

O idealismo dessa abordagem não permanece abstrato, inerente simplesmente à estratégia da crítica epistemológica, mas tem consequências muito práticas. Em primeiro lugar, implícita no *The Nature* está a crença de que a prática da geografia pode ser mantida no caminho certo, ou devolvida a ele, através de uma renovação conceitual lógica. Uma vez que a base conceitual da disciplina seja revelada de forma consistente e lógica, somente os tolos ou os patifes se afastarão do rumo correto. Que as ideias orientam as práticas é indiscutível, mas como veremos abaixo em maiores detalhes, Hartshorne oferece pouco ou nenhum espaço para mudar as práticas visando alterar a fundação conceitual da geografia. Isso teve um efeito particularmente deletério na disciplina. A divisão das ciências é considerada como resultado de alguma lógica conceitual dominante, não a ação das ciências ou dos próprios cientistas ou a partir de seus envolvimento com o mundo real. Como Kant colocou na introdução à sua “*Physische Geographie*”, devemos dividir o conhecimento “em disciplinas definidas mesmo antes de obter o próprio conhecimento” (Kant 1923, trad. em maio de 1970, 255). (Extrapolando esse argumento para a difícil situação atual, se à geografia não é dado o que lhe pertence ou se ela não está no comando de seu terreno intelectual legítimo, isto é o resultado de um procedimento meramente ilógico, o que naturalmente será corrigido uma vez que isso seja cuidadosamente explicado às deidades acadêmicas).

No isolamento dos conceitos em relação ao mundo ativo ao qual eles se referem, o método Hartshorne reproduz a filosofia de Kant. Vamos ilustrar essas conclusões através de referência direta à concepção de Hartshorne sobre a região e seu repúdio à ideia de “paisagem”, mas, enquanto isso, é necessário considerar a segunda grande dívida de Hartshorne em relação a Kant, ou seja, sua visão da posição geográfica entre as ciências.

Como formas de “intuições puras” para Kant, o espaço e o tempo fornecem meios intuitivos privilegiados para ordenar a experiência. Hartshorne (135) adotou entusiasticamente a afirmação de Kant de que “a geografia e a história preenchem toda a circunferência de nossas percepções”, distinguindo-as assim das ciências puramente sistemáticas. Foi esta posição que motivou a crítica de Schaefer ao excepcionalismo. Para Schaefer, as alegações do excepcionalismo eram excessivas; a geografia não estava separada e acima das outras ciências. Schaefer procurou explicar o excepcionalismo historicamente como um “resquício da época em

também se baseiam em Kant como inspiração para uma visão mais humanista (Althusser e Balibar, 1970, 67; Althusser, 1971, 14 - 17 passim; para uma crítica, ver Smith 1980).

que não havia ciências sociais e pouca ciência natural, e quando esforços tão peculiares e enciclopédicos da história natural e da cosmologia ainda tinham seu lugar” (Schaefer, 1953, 231). Sem nos prendermos na controvérsia Hartshorne-Schaefer, podemos admitir que qualquer reclamação que Hartshorne (1955) fizesse sobre as convenções morais do debate, e apesar de uma recente alegação de que “‘excepcionalismo’ é um nome equivocado” (1988,4), a essência da crítica de Schaefer é indiscutível. No entanto, hoje o argumento excepcionalista ainda persiste, especialmente quando combinado com a velha e grisalha noção de que a geografia é essencialmente sintética ou integrativa de pesquisas mais sistemáticas - uma “mãe das ciências” (373).

O próprio Kant parece ter sido bem mais ambivalente sobre o valor da geografia do que Hartshorne sugeriria na sua própria apropriação. Em primeiro lugar, ele tratou a geografia como um saber “propedêutico” (Kant, 1923 ed., 157), significando uma etapa da pesquisa preliminar e como preparação para uma investigação mais avançada. A geografia seria uma fundação essencial para estudos avançados. Como tal, a geografia de Kant compreendia em grande parte generalizações e categorizações de objetos e eventos da paisagem, como de fato foi apontado pelo geógrafo alemão Georg Gerland (1905, 508-09). Em 1757, em uma “Proposta e Anúncio de uma Faculdade de geografia física”, Kant explicou como ele se propôs a ver a geografia física:

...não com aquela completude e exatidão filosófica em cada um de suas partes, que é uma questão de física e história natural, mas com a curiosidade racional de um viajante que em todos os lugares busca o que é notável, peculiar e belo, reúne sua coleção de observações e reflete sobre sua concepção (citado em Cassirer, 1981, 52).

Que os filósofos tenham tendido a negligenciar os escritos geográficos de Kant pode atribuir-se em parte ao produto de seu próprio esnobismo disciplinar (May, 1970) e em parte devido a um historicismo filosófico generalizado (Soja, 1989). Mas também pode refletir algo das próprias prioridades de Kant e mesmo o valor de suas ideias geográficas substantivas (Schaefer, 1953). Seja qual for seu valor fundacional, o tema [da geografia física] não desempenhou praticamente nenhum papel em suas investigações filosóficas; parece não ter sido

mencionado em *A Crítica da Razão Pura* e é apenas inconstantemente abordado entre os estudiosos de Kant. Portanto, talvez não seja muito estranho sugerir que o envolvimento de Kant com a geografia representou uma obrigação filosófica tanto quanto um compromisso científico qualquer. Como observa Cassirer (1981, 52-53), “é em geral um ideal de sabedoria humana abrangente no qual Kant visava em seu próprio crescimento, bem como o de seu ensino... as aulas sobre geografia física ... perseguiram este objetivo”. O ensino da geografia, sentia Kant, facilitaria uma “unidade de conhecimento, sem a qual todo o aprendizado é apenas uma parte” (May, 1970, 68).

Que a geografia para Kant era uma obrigação propedêutica não precisa ser considerada como um rebaixamento da importância do assunto ainda no processo acadêmico de formação. Ao mesmo tempo, porém, não devemos confundir essa obrigação com uma virtude, como Hartshorne parece fazer ao declarar que “nosso campo recebeu durante muitos anos a atenção de um dos grandes mestres do pensamento lógico” (134). Hartshorne estava certamente ciente da natureza propedêutica da geografia para Kant e das reservas de Gerland (38). Mas com uma certa ansiedade disciplinar por reconhecimento e respeitabilidade, e não sem uma pequena cegueira às diferenças históricas, Hartshorne, em seu encomium por Kant, suspendeu todos os pontos de vista críticos. O respeito intelectual a ser engendrado por esse atalho para um distinto pedigree filosófico, infelizmente, não se materializaria.

O renascimento neokantiano

Que Hartshorne, juntamente com tantos outros pensadores do século XX, tenha sido tão claramente influenciado pelas ideias do filósofo do século XVIII, que tanto sustentou o pensamento burguês ocidental dos últimos dois séculos, dificilmente deveria ser considerado controverso. No entanto, ele constantemente nega a sugestão da influência de Kant sobre sua filosofia e sua metodologia (Hartshorne, 1955, 219-20 fn.; 1972, 78). Em 1939, na época em que *The Nature* foi escrito, ele havia lido fontes secundárias sobre Kant, sendo que sua direta familiaridade com o filósofo Königsberg se limitava às discussões de geografia desse último. Somente em 1970 ele abordou o trabalho filosófico de Kant (comunicação pessoal, 20 de maio de 1989).

Além de seus limitados conhecimentos primários e secundários da obra filosófica de Kant, Hartshorne absorveu (principalmente via Hettner) grande parte da inspiração filosófica por trás de *The Nature* do ressurgimento neokantiano que percorreu o pensamento continental europeu, alcançando sua apoteose nos primeiros anos deste século. Se a obra de Kant era majestosamente diversa e complexa, o “espectro variado do neokantismo” (Wiley, 1978, 37) era ainda mais. Essencialmente conservador na busca de dar nova centralidade aos valores humanos individuais e normativos na construção do mundo como contra o poder recebido da história e da ciência, o neokantismo foi, precisamente pelo mesmo motivo, uma revolta progressista contra o absolutismo e uma pedra angular de um novo liberalismo político. Por vezes, ele encarnava uma crítica direta ao marxismo alemão, mesmo que houvesse também os socialistas neokantianos. Ademais, uma refutação igualmente contundente de Hegel não impedia um virulento nacionalismo neokantiano.

Em seu tratamento simpático do renascimento Kant, Thomas Wiley encontra pelo menos “sete espécies diferentes de neokantismos”, mas discerne entre essas “quatro suposições kantianas comuns”:

1. eles empregam “o método transcendental”;
2. eles são “conceitualistas”, implicando uma crença na “capacidade da razão ‘para construir um todo a partir de suas partes’”;
3. suas “epistemologias são idealistas”;
4. eles sustentam que “entender Kant é ir além dele”.

Quanto a esta última suposição, Wiley argumenta que os neokantianos “todos rejeitam o terreno incognoscível da experiência, a famosa coisa-em-si” (1978, 37).

Hettner, é claro, emprestando da obra filosófica de Wilhelm Windelband e de seu aluno Heinrich Rickert, os dois principais [representantes] da escola Baden de filosofia neokantiana, foi o principal condutor de tais ideias para a obra de Hartshorne (May, 1970). Embora Hartshorne (1972) tente novamente se desviar, se não negar, dessa conexão, o próprio testemunho de Windelband de 1903 sugere o quanto o reavivamento de Kant foi, de fato, difundido. “A crítica kantiana foi tão amplamente ensinada como um ponto de partida para todo pensamento filosófico que influenciou muitos estudiosos que não eram filósofos profissionais. A posição de Kant afetou quase todos os aspectos do aprendizado alemão” (citado por Wiley,

1978, 131). O próprio Hettner, que foi formado em Filosofia e quase seguiu uma carreira filosófica (Hartshorne, 1958), reconhece essa dívida (Hettner 1927, 112-14).

O que distingue Windelband e Rickert no interior do campo maior do renascimento neokantiano é a sua busca por uma lógica racional para a história, fundamentada em um conceito reconstruído do indivíduo histórico, e os seus esforços por uma teoria universal e normativa de valor. Foi Windelband quem distinguiu as emergentes ciências históricas e sociais das ciências naturais (que Kant tinha enfatizado) e lhes atribuiu a elas diferentes metodologias - a ideográfica e a nomotética respectivamente (Windelband, 1980, Rickert, 1962, xi-xiii). Enquanto o nomotético procurou explicar os eventos por meio de leis gerais, o ideográfico procurou entender os eventos particulares. Seguindo fortemente Kant, o trabalho de Windelband foi completamente metodológico. Ele se concentrou na lógica da investigação histórica, ao invés dos eventos históricos e dos processos sociais reais que atraíram outros, incluindo Max Weber, Durkheim, Cassirer e Simmel, que também foram influenciados pelo neokantismo. Ele compartilhou com Rickert um conceitualismo mais abstrato. A análise das questões políticas foi largamente negligenciada, entendida como trivial. “Windelband e Rickert eram mais tipicamente ‘mandarins’” (Willey, 1978, 133).

O dilema de Kant sobre o dualismo entre conceito e realidade, a incognoscibilidade da “coisa-em-si”, foi batizado por Fichte como o hiatus irracionalis, ou seja, a lacuna que isola a realidade concreta do pensamento racional. O hiatus irracionalis apresentou um grande obstáculo às tentativas de Windelband e de Rickert de fornecer uma metodologia científica para a investigação histórica. Rickert, em particular, tentou resolver o dualismo. Trata-se de um argumento complexo e convoluto, mas pode ser resumido de forma bastante sucinta. Para Rickert, embora a própria realidade concreta estivesse ela própria além do alcance da conceituação, a individualidade de alguma realidade concreta era eminentemente concebível. Mas isto levanta um problema fundamental de como devemos decidir o que constitui um evento coerente individual, a experiência ou o objeto. Como identificar os limites que determinam a diferença entre um evento individual e outro? Este problema só pode ser resolvido, segundo Rickert, pelo julgamento explícito do que constitui um “indivíduo histórico” significativo; isto, por sua vez, requer uma teoria normativa de valor, que visa a fornecer uma base objetiva para identificar e conceituar o indivíduo histórico (Oakes, 1987).

Na análise específica dos conceitos de paisagem e de região de Hartshorne, será possível identificar semelhanças, mas também divergências com várias dimensões dessa abordagem, que talvez seja o ramo mais conservador do neokantismo. Enquanto isso, é importante salientar que o renascimento neokantiano não se restringiu à sua pátria alemã, nem Hettner e Hartshorne foram, de forma alguma, os únicos geógrafos influenciados por esta corrente. Para citar o exemplo mais óbvio, o conceito de individualidade geográfica de Vidal [de la Blache] se inspira nos tratamentos neokantianos da história; sua preocupação com a identidade do lugar procurou equilibrar a integridade dos dados experimentados externamente com “a ideia de Kant de que a mente impõe uma ordem ao mundo” (Berdoulay, 1978, 82; ver também Livingstone e Harrison, 1981, 361). A Sociologia de Durkheim descansou sobre uma derivação conspicuamente mais positivista de Kant. Com efeito, Berdoulay (1978) descreve o debate entre Vidal e Durkheim não como simplesmente uma escaramuça de fronteiras entre disciplinas emergentes, mas igualmente como uma disputa filosófica entre diferentes visões neokantianas.

A região hartshorniana

The Nature of Geography é sobre a proposta, exposição e defesa de um conceito - a geografia. Dentro dos limites da geografia, o conceito regional desempenha um papel constitucional central. Hartshorne enfrenta a ressurgente “crença” de que as regiões são entidades concretas, muitas vezes associadas à visão de que a superfície da Terra compreende um mosaico de paisagens e regiões. Parece provável que ele esteja reagindo aqui ao renascimento do interesse alemão pelo regionalismo orgânico de Ratzel com a ascensão da Geopolitik nos anos 1920 e 1930, mas isto não é feito explicitamente. Embora aceitando que “a diferenciação das áreas da superfície terrestre é um ‘fato inocentemente aceito como dado’ (251), Hartshorne exclui a aplicação deste princípio a priori às regiões. Em primeiro lugar, ele cita a dificuldade de definir regiões ou mesmo concordar com critérios de definição, concluindo que elas são de fato um tanto arbitrarias (252). Em segundo lugar, ele rejeita qualquer sugestão de que as regiões sejam todos orgânicos, pois, de acordo com Albrecht Penck, “um organismo é essencialmente indivisível, enquanto qualquer unidade regional da superfície terrestre pode ser dividida em unidades cada vez menores e estas em unidades ainda menores” (259). Terceiro,

uma vez que um todo regional não é mais do que a soma de suas partes, e uma vez que algumas dessas partes são ainda desconhecidas, desconhecíveis ou não relacionadas a outras partes, é impossível interpretar a “região como um todo” de uma forma significativa. Finalmente, mesmo que essas dificuldades pudessem ser superadas, o “problema de desenhar os limites” de qualquer região em particular (267) é interminável; nenhum limite único para uma região será universalmente aceitável ou aplicável.

A visão de Hartshorne sobre as regiões é bastante distinta, mas o ponto importante aqui é sua destinação. Embora não negando que as regiões possam ser vivenciadas como todos, Hartshorne rejeita esta forma de “holismo” como sendo o resultado da experiência e da intuição. Portanto, seriam um “fenômeno psicológico” mais adequadamente tratado pela psicologia (276-77). Do ponto de vista dos geógrafos, não existe um todo coerente “a não ser própria Terra como um todo”; as regiões subglobais não são “determinadas pela natureza ou pela realidade” (283-84), mas são essencialmente “arbitrárias” (xii). “As entidades regionais que nós construímos...são, portanto, no sentido pleno, construções mentais; são entidades apenas em nossos pensamentos, mesmo que nós as vejamos como construções que fornecem algum tipo de base inteligente para organizar nosso conhecimento da realidade” (275).

O hiatus irracionalis kantiano é perfeitamente replicado na visão de Hartshorne sobre a região. Não se tratando de uma coisa em si, o conceito de região de Hartshorne está ainda mais separado da realidade do que na dialética de Kant. Para Kant, o “fenômeno” combina intuição com sensação empírica, enquanto para Hartshorne o conceito regional existe “somente em nossos pensamentos”. De fato, Hartshorne reconhece isso. Sua formulação é, como sempre, precisa, e ele não afirma que seu conceito regional, devidamente definido, proporciona acesso mais inteligente a eventos e objetos geográficos do mundo real. Ele apenas afirma que seu conceito fornece “algum tipo de base inteligente para organizar nosso conhecimento da realidade” (ênfase acrescentada), um conhecimento presumivelmente já alcançado, embora Hartshorne não explique como.

O final dessa grande discussão das regiões é surpreendentemente anticlimático. Para Hartshorne, a “região” é o conceito organizador central em geografia e ele identifica como uma ambição disciplinar fundamental a classificação sistemática de regiões e a identificação de métodos diversos para classificar o mundo em regiões, embora regiões “não sejam inerentes ao mundo” (362). Contudo, mesmo esta ambição protocientífica teve pouco sucesso. Ela “não

produziu um sistema simples de classificação de áreas, cujo esboço geral possa ser reconhecido com base em nosso conhecimento atual do campo” (362).

Na prática, se não na intenção, o desligamento de Hartshorne das regiões do mundo material alimentou um relativismo anti-intelectual na geografia regional de meados do século. Se a diferenciação regional fosse vista antes de tudo como uma questão conceitual, a variedade e os critérios das classificações regionais do mundo eram limitados apenas pela imaginação dos geógrafos. Quem poderia dizer que uma divisão da Alemanha em regiões econômicas era mais ou menos válida do que sua divisão de acordo com o tamanho do sapato? A França deveria ser dissecada de acordo com as regiões geomorfológicas ou com as diferentes cores dos telhados? O qualificador de que tais esquemas regionais deveriam ser escolhidos em relação ao “significado para o homem” ou de acordo com o propósito da pesquisa apenas leva a um questionamento.

Este foi um resultado extraordinário. O conceito central de geografia foi efetivamente desassociado de qualquer referência material pelo texto filosófico mais influente que emanava de dentro da própria disciplina. O idealismo neokantiano de Hartshorne justificava e de fato promovia a esterilidade do conceito e da abordagem regional precisamente no momento em que as paisagens do mundo real estavam sendo dramaticamente reestruturadas pela Grande Depressão, pela Segunda Guerra Mundial, pela Guerra Fria, pela Pax Americana, pela expansão econômica do pós-guerra, a suburbanização e a profissionalização do planejamento urbano. Ferida talvez por uma conexão muito estreita com os assuntos do mundo real ocasionada pelo determinismo ambiental, a disciplina afastou-se dos eventos contemporâneos apesar das dramáticas transformações geográficas envolvidas. Dificilmente se poderia distanciar-se mais dos eventos contemporâneos do que um discurso neokantiano sobre regiões ideais. A revolta positivista dos anos 1950 e 1960, iniciada em parte pelo artigo de Schaefer, reagiu precisamente a esta esterilidade interna e irrelevância externa.

A esperada expansão da demanda por conhecimento geográfico no pós-guerra foi real o suficiente. Antes do final dos anos 40, as Universidades de Harvard e Columbia haviam estabelecido institutos de estudos soviéticos que conduziam lá e eventualmente em todos os Estados Unidos a escolas de assuntos internacionais. Mas como Sauer e outros pressentiam, mesmo na época, a geografia seria deixada de lado nessa vaga de expansão dos estudos de área (Prunty, 1979, 58). O não envolvimento habitual da geografia e dos geógrafos nesses debates

não foi, de forma alguma, uma reação virtuosa contra as ideologias nacionalistas e geralmente de direita, mas, na melhor das hipóteses, resultou de uma rejeição ingênua da relevância da política per se no interior da geografia. Naturalmente, seria um exagero culpar apenas *The Nature* pelo isolamento da geografia em meados do século e pela incapacidade dos geógrafos de capitalizar o surgimento dos estudos de área. No entanto, especialmente em seu tratamento do conceito central de região, esse trabalho racionalizou a incipiente defensiva disciplinar encorajando os geógrafos em seu abstencionismo. O grande retiro não terminou com *The Nature* como Sauer (1941) esperava, mas foi aprofundado por ele.

O conceito de Hartshorne de região revela uma outra dimensão de seu pensamento; ele encarna uma expressão pura do espaço absoluto. O espaço para Hartshorne é infinitamente divisível, um campo abstrato da experiência, uma coordenada (junto com o tempo) para ordenar a realidade. Eventos, objetos e processos não constituem espaço, mas acontecem “no espaço”. As regiões, como já vimos, são infinitamente divisíveis em suas partes não orgânicas. Elas “podem ser divididas em partes menores e essas em unidades ainda menores...”. Tendo negado qualquer holismo na ideia de região, Hartshorne elabora uma visão que, à medida que não é tautológica, só pode ser descrita como espantosa, vindo de um geógrafo:

Capitalistas estrangeiros e engenheiros podem inserir fábricas em uma região de economia de subsistência primitiva, como se um cirurgião fosse enxertar uma espinha dorsal em um peixe estrela... A região como um todo não sofre mudanças, mas apenas o complexo de diferentes elementos regionais muda com mudanças em seus elementos (259-60).

Uma evocação mais expressiva do conceito de espaço absoluto dificilmente poderia ser imaginada.

A concepção absoluta de espaço é muito onipresente para que possamos esperar traçar sua linhagem no trabalho de Hartshorne. Ela deriva, no período moderno, de Newton e Descartes, bem como de Kant que, em um de seus argumentos para provar que o espaço era uma intuição a priori, apelou para a natureza autoevidente da geometria euclidiana e da infinitude do espaço (Kant, 1919 ed. 19).⁷ A influência newtoniana sustentada em Kant é sugerida pelo próprio Hartshorne (1955, 221 fn.). O que é surpreendente, para um geógrafo, é

⁷ Comentando este argumento metafísico, Russel (1945, 716) escreve: "A premissa é que 'o espaço é imaginado ... como uma dada magnitude infinita'. Esta é a visão de uma pessoa que vive num país plano, como a região de Königsberg; não vejo como um habitante de um vale alpino poderia adotá-la".

a exclusividade filosófica com a qual o absolutismo espacial é exercido. Quase um quarto de século após a teoria geral da relatividade de Einstein, que foi extensamente divulgada e que surgiu precisamente quando a expansão geográfica extensiva (absoluta) no espaço foi substituída pela expansão relativa, nenhuma alternativa à concepção absoluta é considerada e nenhuma discussão sobre as implicações geográficas da relatividade do espaço é oferecida. Ou ele desconhece a relatividade espacial ou então a restringe ao domínio da física, da filosofia ou algo além da geografia. Tal discussão, de fato, não surgiria por quase um quarto de século [na geografia]. Hartshorne reconhece que a “localização relativa” (não a concepção relativa do espaço em si) é um “fator de grande importância” (364), mas desempenha apenas um papel trivial para ele. Central, como tem sido [hoje] na geografia, a localização relativa é relegada ao status de apêndice em *The Nature*, abordada no final dos dois capítulos sobre regiões (282-84, 364).

Em sua discussão sobre as regiões como um todo, Hartshorne enfrenta um dilema paralelo ao que Rickert enfrentou com seu conceito de indivíduo histórico. O único “todo” geográfico que Hartshorne tem permitido aceitar até agora é o próprio globo terrestre e, no entanto, ao propor que o globo seja dividido em regiões, cabe a ele explicar do que essas regiões são compreendidas. Se a região não pode ser razoavelmente considerada como o indivíduo geográfico, o que o seria? As regiões, diz ele, são “complexos de elementos”, áreas distintamente concebidas, compostas de combinações distintas de elementos (o todo é constituído de suas partes). Como Hartshorne reconhece, isso não é uma resposta, mas reconstitui a pergunta em uma escala diferente. Como devemos reconhecer ou constituir estes “elementos” geográficos básicos, ou eles também são infinitamente divisíveis? Que tipo de elementos complexos pode ser razoavelmente considerado como “todo”? Hartshorne responde que podemos identificar “regiões culturo-geográficas” (354) em termos de unidades de uso da terra. Então, como identificar os usos do solo em uma área? Essa é uma pergunta sobre a escala na qual desejamos generalizar a questão do uso da terra; qual é o tamanho e a estrutura dessas unidades básicas? Hartshorne recorre a um essencialismo agrário; “a fazenda, plantação ou o rancho” se tornam o indivíduo geográfico:

A fazenda, como unidade organizada, inclui não apenas a terra e as plantas, e edifícios nela instalados, mas também o gado, ferramentas, métodos e intensidade de produção e o uso dos produtos. Em outras palavras, a fazenda

representa não apenas um elemento complexo - como é encontrado em áreas de vegetação silvestre - mas é um todo primário. . . Cada um e todos os elementos listados, sejam campos materiais, edifícios ou ferramentas ou métodos imateriais de produção, podem ser entendidos na forma e função apenas em termos de toda a unidade da fazenda (351).

Cuidadosamente proporcional à busca de Rickert pelo indivíduo histórico, essa discussão sobre regiões e fazendas também está ligada à distinção da Windelband entre os métodos ideográficos e nomotéticos. A partir de nossa discussão anterior, deve ser evidente que o conceito de indivíduo histórico incorpora uma tensão inerente entre singularidade e generalidade, e não menos verdadeira é a escolha de Hartshorne da fazenda como o indivíduo geográfico. Essa é uma importante sutileza no conceito de Hartshorne de único (379-84), muitas vezes negligenciada pelos críticos positivistas de Hartshorne e, na verdade, os mais recentes campeões da singularidade geográfica. “Fazenda” é tanto um conceito genérico quanto, ao mesmo tempo, seus exemplos são absolutamente específicos, claramente identificáveis e espaços únicos. A generalização é inerente ao julgamento da singularidade. Seria totalmente inconsistente para Hartshorne excluir o método nomotético, não importa o quanto ele de fato privilegia o ideográfico.

À primeira vista, a solução geográfica de Hartshorne para este dilema central neokantiano é surpreendentemente arbitrária. Ele não expressa claramente em nenhum lugar porque a fazenda deve ser privilegiada sobre, por exemplo, o campo individual, o condado, o vale ou a cidade como o “todo primário”. Também não está claro porque os elementos da fazenda podem ser entendidos “apenas em termos da unidade agrícola inteira”, enquanto a região como um todo não é afetada pela inserção ou excisão de sua espinha dorsal econômica. Se suas suposições kantianas, em grande parte não examinadas, o levaram a um beco sem saída epistemológico, a sensibilidade geográfica mais aguda de Hartshorne não foi seguida e, em revisões e discussões posteriores, ele volta atrás em suas conclusões.⁸ No final, ele admite um papel epistemológico claro para a generalização, mas quer restringir severamente sua jurisdição, o que faz ao identificar uma escala máxima na qual generalizações podem ser

⁸ No resumo ao *The Nature* acrescentado em 1946, ele suaviza o impacto ao acrescentar “um campo ou uma quadra em uma cidade,... uma fábrica ou mesmo uma cidade” (xii) como plausíveis ao “todo primário”. Em *Perspective*, ele reconstrói a discussão sobre as regiões, evita qualquer discussão sobre fazendas ou outros “todos primários” e, em geral, evita lidar com a questão. Ele reconhece a “indefinição” do termo e admite que pode não haver uma definição formal (1959, 108-45).

tomadas para representar realidades também concebidas como únicas. A singularidade do conceito regional é muito importante na geografia de Hartshorne para que ela seja comprometida como portadora, também, de generalidade. O indivíduo geográfico deveria ser procurado em uma escala de resolução mais alta. Mas por que a fazenda?

Se o idealismo filosófico de Hartshorne o atraiu para longe dos acontecimentos materiais e dos assuntos do mundo real, seu pensamento não foi completamente infundado. O requisito lógico para que ele identificasse os “todos” subglobais, a partir dos quais ele poderia construir “complexos de elementos” e, por sua vez, suas regiões, o devolve à terra com um toque prosaico. Ele também não está totalmente preso no século XVIII na medida em que “a fazenda” é seu “todo primário” desejado. O que é impressionante na escolha da fazenda por Hartshorne, especialmente à luz de sua discussão anterior sobre as fábricas capitalistas inseridas nas regiões, é que as unidades básicas ou elementos que formam “complexos de elementos” são espaços absolutos construídos humanamente. A fábrica e a fazenda também são geograficamente definidas por regras de propriedade privada. Onde Windelband e Rickert reconheceram a necessidade de uma teoria universal, normativa de valores, para resolver o hiatus irracionalis, Hartshorne recorre ao formalismo legal dos direitos de propriedade capitalista.

Com seu conceito regional, Hartshorne é tanto muito como pouco kantiano. Com a eleição da fazenda como o indivíduo geográfico, as relações sociais historicamente vinculadas atravessam o hiatus irracionalis para invadir a formação do conceito. Contudo, ao insistir na região como uma construção conceitual divorciada da realidade concreta, ele não alcançou as ideias dos neokantianos de Baden e continua atolado em Kant. Ironicamente, não foi outro senão Windelband que escreveu o lema neokantiano: “Kant verstehen heisst über ihn hinausgehen” (entender Kant é ir além dele) (Willey, 1978, 135).

O Assassinato da Paisagem

Se sua discussão sobre regiões é um esforço para construir uma categoria utilizável, a abordagem de Hartshorne à paisagem é totalmente destrutiva. O argumento foi suficientemente bem-sucedido em convencer as gerações seguintes de geógrafos de língua inglesa de que a noção de paisagem tem “pouco ou nenhum valor como termo técnico

científico” (158), tendo como resultado que a “palavra mais importante do que todas as demais em língua geográfica” (149) foi em grande parte excluída de todo discurso teórico sério até quase os dias de hoje. Durante a redação de *The Nature*, em Viena, imediatamente após o Anschluss, Hartshorne teve considerável interação com geógrafos alemães, e é plausível que a desconsideração intransigente do conceito de paisagem refletiu não apenas seu compromisso com a ordem conceitual [da geografia], mas também um repúdio ao emaranhado de estéticas e políticas defendidas nos tratamentos mais nacionalistas e místicos da *Landschaft* (Banse, 1928). Caracteristicamente, há uma pequena dica disso no texto. Seu argumento pode ser resumido como segue.

O termo paisagem é inerentemente confuso, especialmente nos termos alemães da “*Landschaft*”, que pode se referir tanto à aparência geral do terreno quanto a uma área distinta. Tal confusão não poderia fornecer uma base lógica para a investigação geográfica. Em segundo lugar, não está claro como a paisagem difere da área; ambas são categorias espaciais compostas que englobam fenômenos distintos e ambas são divisíveis. Os geógrafos já têm uma palavra perfeitamente aceitável para áreas específicas - essa palavra é a região. Além disso, “paisagem” refere-se apenas à superfície do terreno: “a paisagem é literalmente um fenômeno superficial e um campo da ciência que se concentrasse somente nela seria superficial” (165). Finalmente, Hartshorne rejeita a concepção de Sauer de paisagem como sendo excessivamente estreita, com sua ênfase nos objetos físicos e na forma (155) e conclui que a noção de “paisagem natural” é uma “concepção teórica que não só não existe na realidade como nunca existiu” (173). Para empregar a terminologia atual, a ideia de paisagem para Hartshorne era, no mínimo, uma “concepção caótica” (Sayer, 1984). No entanto, isso pode se refletir tanto nas raízes kantianas da noção realista de “concepção caótica” quanto no próprio conceito de paisagem.

Este argumento desdenhoso é o menos sutil dos duelos terminológicos de Hartshorne com oponentes reais ou imaginários. No entanto, ele falou ao coração de geógrafos genuinamente confusos sobre a ideia de “paisagem”. Trata-se de uma peça de essencialismo de definição que não só remete às brigas neokantianas como antecipa o formalismo conceitual rígido do pensamento positivista. É uma polêmica mal disfarçada. Nos múltiplos significados de paisagem, Hartshorne podia ver apenas confusão de definição, não uma oportunidade. A riqueza da “paisagem” o iludiu. Como indica Cosgrove (1984, 15), Hartshorne e outros pensadores protopositivistas procuram a “remoção da ambiguidade” no conceito de paisagem.

Onde havia riqueza de significado para outros, foi sumariamente reduzida a uma única dimensão, em preparação para a sua rejeição.

Sem negar de modo algum a confusão inerente ao conceito de paisagem, nem mesmo sua função periódica como “veículo de uma ideologia geográfica reacionária” (Cosgrove 1984, 261), uma reavaliação seria certamente oportuna e frutífera. O que atraiu Sauer e outros para o conceito de paisagem foi, em parte, o seu potencial para construir a ponte sobre o abismo entre o espaço e a sociedade, ou seja, para atenuar o dualismo engendrado pela concepção absoluta do espaço, embora dificilmente tenha sido colocado nesses termos. Na paisagem, a extensão e a forma espacial, juntamente com o conteúdo material, estão mutuamente imbricadas umas com as outras, emendadas em uma realidade tanto tangível quanto simbólica. Para Sauer, a dimensão material das paisagens ligava morfologia e cultura. Tomando a metáfora orgânica como uma realidade natural, a escola de ecologia humana no mesmo período pode ser vista como buscando uma reconciliação semelhante entre espaço e sociedade (Barrows, 1923; Park 1925). O sucesso da Escola de Chicago derivou em parte desta capacidade de combinar estas duas realidades que tradicionalmente eram mantidas separadas. Especialmente para Sauer, tornou-se possível pensar em termos de construir paisagens históricas, construir geografias, embora ele próprio enfatizasse a morfologia a despeito do processo (Solot, 1986).

Não há aqui nenhuma tentativa de ver Sauer, a Escola de Chicago ou os proponentes alemães da *Landschaft* como os verdadeiros fundadores da relatividade geográfica. Sauer era claramente antitético à teoria social e tendia, não muito diferente de Hartshorne, a tratar a história como uma sequência de eventos ad hoc. Na medida em que as paisagens são construídas, para Sauer, elas eram um resultado social voluntarista e não coletivo (Solot, 1986). A Escola de Chicago também não era imune à ideologia reacionária, especialmente no que diz respeito à raça. Se essas concepções representavam alternativas à visão hartshorniana, também é importante ressaltar que, de diferentes maneiras, elas também foram influenciadas pelo renascimento neokantiano. Ele próprio influenciado por geógrafos e filósofos alemães contemporâneos, Sauer misturou uma inquietante combinação de pragmatismo e neokantismo, segundo Entrikin (1984, 368). Robert Park, da Escola de Chicago, obteve seu doutorado sob a supervisão de Windelband e estudou com Hettner (Entrikin 1980).

O potencial de interligação entre espaço e sociedade no conceito de paisagem foi direcionado por Sauer inteiramente ao passado. Mas, através da Escola de Chicago, também foi favorável à compreensão das transformações dramáticas que marcaram a turbulenta geografia do capitalismo do início do século XX - mais do que uma abordagem que insistia em manter o espaço como um conceito etéreo dado, inacessível ao mundo social e material. Havia um potencial de [entendimento da] turbulência no conceito de paisagem, em toda a sua diversidade. Isso permaneceu simplesmente um potencial, devido em grande parte à autoridade do assassinato conceitual de Hartshorne.

Não é difícil perceber por que a ideia de “paisagem” era um anátema para Hartshorne. Tal confusão a priori do espaço com a sociedade havia contribuído para a queda do determinismo ambiental. Mais que isso, ao combinar eventos e experiências, objetos, processos e espaço em uma única noção, orgânica ou não, quebraram-se todas as regras de lógica kantiana que visavam ir na direção oposta, de uma separação contínua e uma classificação lógica de diferentes fenômenos. Além disso, na medida em que desafiou a suposição de espaço absoluto, ameaçou o excepcionalismo da geografia. A rejeição da paisagem por Hartshorne representa uma direção errônea momentânea que não só contribuiu para o isolamento da geografia, mas, em uma reviravolta irônica, estimulou o declínio da geografia regional em meados do século. Provavelmente, nenhum outro aspecto da geografia teria se beneficiado tanto de uma concepção mais sofisticada da paisagem. Com uma concepção dialética da geografia mais enraizada como se vê hoje, e a interdependência mútua da teoria social e da geografia cada vez mais evidente, se torna oportuno um reexame mais sério e há muito esperado do conceito de paisagem que vai além dos limites estritamente descritivos, estéticos e idealistas (Cosgrove, 1984, 1985; Cosgrove e Daniels, 1988; Cnonon, 1983; Olwig, 1964).

“História privada” e historicismo

Tornou-se tradicional descrever o trabalho de Hartshorne como um “neokantismo historicista”. Se as raízes em Kant parecem ser claras, o argumento sobre o historicismo é mais complexo e um pouco mais obscuro. O tratamento da história por Hartshorne é hoje amplamente replicado na “história do pensamento geográfico”, mas, se ele compreende um historicismo é menos claro. Muito provavelmente, foi Schaefer quem definiu esse padrão de

interpretação para Hartshorne, e o epíteto continua a ser repetido de forma bastante acrítica. De acordo com Schaefer (1953), Hartshorne construiu uma narrativa linear e evolutiva de eventos e ideias na geografia e tentou moldar uma visão para a investigação contemporânea que se encaixasse neste esquema histórico. Tal historicismo, acrescentou Schaefer, foi anticientífico no seu espírito, dominante no pensamento alemão do século XIX e, através de Hettner e eventualmente Hartshorne, “afetou poderosamente” o curso da geografia.

Se a princípio um pouco dispersa, a descrição de Schaefer sobre o tratamento de Hartshorne para a história da geografia (“a história do pensamento geográfico”, na tradição idealista) é precisa de uma maneira geral. Seu erro está na generalização inadequada de que o trabalho de Hartshorne é historicista. Em sua resposta a Schaefer, Hartshorne foi geralmente evasivo e defensivo, negando grande parte da crítica com a réplica de que não haveria “nenhuma evidência”. À acusação de historicismo, porém, ele está mais disposto, citando suas próprias advertências (e as de Hettner) sobre se afastar demais e cruzar a linha em direção à História. Ele até cita uma crítica anterior ao trabalho de Hettner como “estático” (1955, 277 fn.).

Hartshorne está naturalmente correto. *The Nature* não defende a história. Ao contrário, Hartshorne admite uma certa utilidade circunscrita para o “conceito genético”, mas concebe a geografia histórica de forma tão restrita a ponto de descartar grande parte deste trabalho como algo além da geografia: “A geografia histórica, portanto, não é um ramo da geografia, comparável à geografia econômica ou política. Nem é a geografia da história, nem a história da geografia. É, antes, outra geografia, [que] completa-se a si mesma, com todos os seus ramos” (184-85). Uma conclusão curiosa, mas que parece ter sido pouco desafiada. Carl Sauer, Jan Broek, Ellsworth Huntington, Vernor Finch, Stanley Dodge e Glenn Trewartha são apenas vários dos geógrafos que Hartshorne suspeita de transgredir a linha [da geografia] em direção à História (175-83, 212). A heresia de Leighly (1937) de que a geografia cultural possa fazer experimentações com um ponto de vista histórico leva Hartshorne a concluir que “esta é a antítese da geografia” (179). “Somos forçados a distinguir entre um ponto de vista histórico e [um ponto de vista] geográfico, e, para dominar a técnica de ambos, precisamos ter claramente em mente a distinção entre os dois” (188). Se alguma coisa está forçando Hartshorne aqui, é a aplicação lógica da distinção de Kant entre espaço e tempo.

Da mesma forma, Hartshorne é antitético à ideia de “processo”. Enquanto parte deste sentimento é expresso às custas da geomorfologia, ele também visa Dodge (1936), que

cometeu o erro de admoestar os geógrafos de que as regiões sejam vistas não como estáticas, mas como “em processo” (182-83). A questão do desenvolvimento também seria essencialmente histórica e, portanto, não-geográfica. Até mesmo “a ideia de definir geografia em termos de relações” (120) é suspeita.⁹ Se Hartshorne especificasse historicamente esta última noção, como por exemplo, num sentido de rejeição das relações espúrias supostas pelos deterministas ambientais, ela não seria objetável, mas com uma propensão para o universal ele exagera uma ideia de outra forma plausível.

A perspectiva anti-histórica de Hartshorne não é difícil de entender. A um nível, ele está simplesmente montando uma defesa ciumenta, ainda que com princípios, das fronteiras disciplinares contra o principal concorrente: o espaço contra o tempo. Mas o idealismo epistemológico de Kant, assim como sua ordenação das ciências, se empresta à causa de Hartshorne. Assim, Rorty (1979, 9) resume o imperativo universal do kantismo: a filosofia “tradicional cartesiano-kantiana” do seu século XVIII pode ser compreendida “como uma tentativa de escapar da história - uma tentativa de encontrar condições não-históricas de qualquer possível desenvolvimento histórico”. Em suas discussões substantivas sobre o que os geógrafos fazem e devem fazer, Hartshorne aderiu a este anti-historicismo. Ao justificar sua visão da geografia (1958), ele tentou mostrar que Kant, Humboldt e Hettner compartilhavam o mesmo conceito de geografia e foi inflexível em afirmar que chegaram a ele de forma essencialmente independente. Uma implicação era que seu conceito de geografia (e o de Hartshorne) era produto de conceitos universais e não da construção histórica.

Mas, como isto sugere, apesar de sua antipatia geral pela história, Hartshorne constrói uma história disciplinar muito específica sobre a qual todo o seu argumento é construído, e é a isto que Schaefer reage em sua discussão sobre o historicismo. Toda disciplina, diz Hartshorne em uma nota de rodapé, “tem sua própria, pode-se dizer, história privada” (184 fn.), e é de fato uma história privada que ele cria. Apesar da autoridade intelectual que ele é obrigado a aceitar, a história de Hartshorne é bastante anti-histórica. Como em um museu, os artefatos intelectuais são dispostos em sequência histórica, sala por sala, com o objetivo de glorificar o presente. A geografia é hoje simplesmente o que sempre foi: suas raízes “como campo de estudo, remontam à Antiguidade Clássica” (35) bem como o trabalho dos primeiros

⁹ Em *Perspective*, Hartshorne cautelosamente incorpora uma discussão mais liberal das relações, em parte amenizando a contradição entre sua concepção de localização relativa e a rejeição das relações como base epistemológica para a geografia (1959, 108-45).

geógrafos, Heródoto e Estrabão. “Esse [tipo de] estudo, desde os dias da Antiguidade, eles chamam de geografia e o mundo do conhecimento o reconheceu por esse nome” (115). Toda a perspectiva de *The Nature* é fornecer uma justificação filosófica para a tradição supostamente contínua que existe desde a Antiguidade. O objetivo de estabelecer o patrimônio disciplinar é tal que “podemos ser poupados da perturbação criada por sugestões aparentemente novas de afastamentos radicais das linhas de trabalho estabelecidas” (22).

O conservadorismo do projeto é bastante evidente. Qualquer desvio do cânone estabelecido por Hartshorne é considerado “radical” e uma “derivação” (102). “A geografia não é um assunto recém surgido, nascido do ventre da geologia americana há algumas décadas, que cada nova geração de estudantes americanos pode mudar a seu bel-prazer” (29). Ainda mais explicitamente: “qualquer esforço que requeira que a geografia mude seu caráter essencial deve ser em vão; não podemos sobrepor-nos à geografia de qualquer forma fundamental, só podemos cumprir o que foi e o que é” (367). O futuro da geografia não é menos determinado do que seu passado, a menos, é claro, que seja roubado por desviantes e radicais.

Assim como o espaço está vazio até ser preenchido, o mesmo acontece com o tempo para Hartshorne. A história é o meio de preencher o tempo; é a sucessão de eventos discretos que ocorrem sequencialmente. O conceito mais distante da visão de Hartshorne seria dizer que a história é um processo social, que ela resulta de luta, que ela é construída - construída, de fato, assim como a geografia o é. Se a geografia é corologia, a História é cronologia. Assim, Hartshorne elabora uma história continuísta, uma projeção conceitual linear que evita qualquer necessidade de processo, mudança, desenvolvimento, luta ou, finalmente, agência. *The Nature* “apresentou a evolução do pensamento geográfico como um todo numa direção contínua desde o século XVIII” (Hartshorne 1979, 73). O trabalho fundamental de Kant (ele próprio uma continuação dos temas da Antiguidade) levou naturalmente a Humboldt e Ritter, e daí a Richthofen e Hettner. A servidão de Hartshorne a esta história que é sua própria criação é mais bem exemplificada por suas extraordinárias reivindicações de Kant:

Na introdução de suas palestras sobre geografia física, Immanuel Kant apresentou um esboço da divisão do conhecimento científico em que a posição da geografia é logicamente clara. O ponto de vista ali desenvolvido mostrou-se ser tão satisfatório, tanto para outros quanto para este escritor, tanto para levar a uma compreensão da natureza da geografia como para fornecer respostas a todas

as questões que foram levantadas, que parece valer a pena citar longamente as declarações originais de Kant. (134, grifo nosso)

Até esta década, as histórias privadas ainda dominam, no que se entende por “a história do pensamento geográfico”, uma busca que deve tanto sua perspectiva quanto seu nome à tradição idealista conservadora. Como Stoddart (1986, 1) observa, “sob a influência das ideias kantianas, esta metodologia [história como cronologia] foi prontamente transferida para a história da geografia como um todo”. Hartshorne é a figura principal nesse processo, e em nenhum lugar sua influência é mais viva e dominante do que na história do pensamento geográfico. Há certamente três objeções a esta hegemonia da história privada. Em primeiro lugar, ela perpetua o isolacionismo defensivo da disciplina como um todo através de seu foco interno e da obsessão aparentemente inesgotável em determinar o que é e o que não é geografia. Em segundo lugar, tais histórias prestam um desserviço à própria disciplina:

A história indutivista e internista tem a pesada responsabilidade de ter reduzido essas atividades a termos tão simplistas em nossas histórias padrão que seu conteúdo intelectual foi rebaixado e nossos principais praticantes, embora identificados como os grandes homens do passado, foram paradoxalmente reduzidos em estatura. (Stoddart 1986, 5)

Em terceiro lugar, na reestruturação contemporânea da divisão acadêmica do trabalho, as histórias privadas são afligidas por uma camada adicional de anacronismo. As ideias e atividades que constroem a geografia contemporânea melhor se manterão vivas não por preservar um cuidadoso casulo, mas por uma ativa fertilização cruzada e exposição ao mundo exterior transformador. As ideias são como culturas. Geralmente, já estão bastante mortas quando estão comprometidas com os museus.

Conclusão

Entrikin (1984, 393) escreveu sobre Sauer que ele “fazia parte da tradição antimodernista do pensamento americano do início do século XX” que deplorava a mudança de uma “sociedade rural baseada na agricultura” para um capitalismo urbano. A mesma avaliação se aplica muito bem a Hartshorne, talvez o grande antimodernista. Ele está enraizado em uma filosofia do século XVIII e em uma geografia planóide. *The Nature* não só é anterior a

Einstein, mas, com o esforço de uma lógica universal para a geografia, é também anterior a Darwin e Marx. Explicitamente ausentes na visão de Hartshorne estão as realidades da transformação natural e da mudança social, evolução e revolução, que até o conservador Mackinder poderia vislumbrar.

Certamente, Hartshorne vai além de Kant. Sua antinomia essencial, destacada por May (1972, 79), entre a geografia como ciência sistemática e como uma sintética “rainha das ciências”, é uma concessão não apenas ao pensamento neokantiano, mas às realidades da divisão do trabalho acadêmico do século XX. Tem sido a arrogância da maioria das ciências sociais, em um ou outro momento, que elas, e só elas, seriam as grandes sintetizadoras dos trabalhos estreitos das demais, mas tem sido uma concepção particular da geografia se refugiar em Kant para justificação. Em segundo lugar, a contradição em Hartshorne entre uma metodologia conceitual transcendental e o apelo a um meio histórico para estabelecer essa metodologia engloba uma básica tensão neokantiana, particularmente prevalecente na Escola Baden.

Mas Hartshorne também não é um neokantiano mecânico, como é claro em uma das ironias mais aguçadas de seu trabalho. Como Kant, ele busca uma metodologia unificada, abomina os dualismos na geografia e é especialmente hábil em culpar tais dualismos como “desviantes” dentro do campo ou como infiltrados externos (1958, 105). Não parece em nenhum momento ser conhecedor do que os neokantianos sabiam muito bem, ou seja, que o próprio Kant era a fonte involuntária do dualismo. Tal lacuna, deve ser dito, é, na melhor das hipóteses, ingênua. Podemos apenas assumir que ela resulte da resoluta falta de curiosidade intelectual sobre as raízes kantianas de seu próprio pensamento.

A reafirmação do dualismo em Hartshorne, como em Kant, aponta para um aspecto mais surpreendente de seu trabalho. Hartshorne não é positivista. De fato, a inspiração para suas ideias, se são compartilhadas com o positivismo como uma fonte filosófica comum, é igualmente pré-positivista. No entanto, especialmente em sua hostilidade à História e seu aceitar ambivalente da ciência, em seu formalismo conceitual e a prioridade dada a fatos geográficos discretos, Hartshorne vislumbra um positivismo igualmente anti-histórico. Kant é novamente a base crucial. Com o positivismo, o dualismo não intencional de Sujeito e Objeto é agora intencional, e a prioridade filosófica é revertida; a dualidade ganha sobre a unidade, a objetividade sobre a subjetividade. Dentro dessa estrutura, o léxico positivista de coisas e fatos,

causas e observações empíricas (se agora consideradas como existentes na realidade objetiva), pode ser traçado de volta a Kant.

No entanto, apesar de tudo isso, este pode não ser um resultado tão surpreendente. Afinal, como Russell (1945, 718) aponta, “as inconsistências de Kant eram tais que tornavam inevitável que os filósofos que eram influenciados por ele se desenvolvessem rapidamente ou na direção empírica ou na [direção] absolutista”. Sujeito e Objeto ou são separados, como em August Comte e a conseqüente tradição positivista, ou tornados indistinguíveis, como em Hegel. O renascimento neokantiano foi em grande parte contra uma hegemonia hegeliana na filosofia alemã de meados do século. Vale a pena lembrar a zombaria que R. G. Collingwood (1957, 169) faz de Rickert que, embora criticando o positivismo, também adotou algumas de suas suposições centrais: “Rickert considera a natureza ... como dividida em fatos separados e prossegue deformando a história, considerando-a de maneira semelhante, como um conjunto de fatos individuais. . .” Quanto a Hettner, o próprio Hartshorne (138 fn.) reitera a caracterização de sua obra como “baseada no ‘liberalismo positivista’ do século XIX”.

Dada a diversidade do neokantismo do início do século XX, certamente não havia uma inevitabilidade no caminho que Hartshorne tomou. Durkheim, Park e Max Weber todos passaram a ser considerados, de formas muito diferentes, figuras inaugurais da Sociologia moderna. A Escola de Frankfurt, no início do século XX, buscou uma aproximação entre Hegel e Marx e se apoiou fortemente em uma leitura crítica de Kant (Jay, 1973; Schmidt, 1971). Weber em particular é um contraste interessante a Hartshorne, uma vez que deliberadamente se baseou na metodologia de Rickert e tentou aplicá-la à Sociologia (Oakes, 1987; Willey, 1978). Ele também confrontou o dilema de Rickert sobre o indivíduo histórico e a necessidade de uma teoria de valor, mas onde Hartshorne se fixou na fazenda como o indivíduo geográfico apropriado, Weber derivou a noção do “tipo ideal”.

A questão aqui não é que Rickert e Weber obtiveram a resposta correta enquanto Hartshorne de alguma forma errou; nem Rickert nem Weber resolveram a questão satisfatoriamente, o que talvez explique o reaparecimento, hoje, no núcleo da teoria de Habermas (1976, 1979) da competência comunicativa; em Giddens (1981, 1984) na teoria da estruturação¹⁰; e no apelo de Lyotard (1984) à uma teoria da justiça. Na verdade, suas respostas

¹⁰ Vale a pena notar também que os esforços de Giddens (1981, 1984) no sentido de novamente dar centralidade ao espaço geográfico na teoria social recorrem a uma afirmação ontológica kantiana da equivalência do espaço e do tempo que permanece de certa forma desconectada da exposição prática da teoria da estruturação.

abriram novos caminhos de pesquisa, enquanto a resposta a Hartshorne ter recorrido à individualidade geográfica da fazenda foi um silêncio que ecoou a irrelevância de sua solução. Tal agenda encerrou a maioria das questões geográficas interessantes associadas à expansão urbana e industrial do século XX ou à reestruturação da economia política global sob a Pax Americana. Mas, é claro, foram as regiões, não as fazendas, que realmente interessaram a Hartshorne. As regiões eram os “indivíduos geográficos” epistemológicos em sua geografia. Porém, na medida em que nenhuma classificação sistemática de região pôde ser assumida e na medida em que sua concepção de região era idealista e anti-histórica, bem como manteve o preconceito agrícola da “fazenda”, o conceito regional era igualmente um beco sem saída. Somente agora uma base mais materialista para a geografia regional começa a ser reconstruída (Thrift, 1983, 38-42; Pudup, 1988).

Outras forças contribuíram para o isolacionismo conservador que *The Nature* encorajou a geografia a seguir. Embora Hartshorne tivesse certamente realizado pesquisas geográficas substanciais, especialmente em temas agrícolas e políticos, *The Nature* não se conectou facilmente com seus [próprios] trabalhos (nem mesmo com as geografias regionais de outros geógrafos praticantes), então codificando uma disjunção mais abrupta entre metodologia e resultados de pesquisas do que a que foi resultante em outros lugares. O próprio Hartshorne parece não ter acompanhado os resultados de seu próprio argumento com pesquisas substantivas sobre regiões como complexos de fazendas, e de fato é difícil apontar qualquer grande reorientação da geografia regional como resultado da *The Nature*. Esse é precisamente o ponto. A falta de um efeito transformador não deve ser tomada como um sinal da efemeridade do trabalho. Ao santificar o status quo na esfera da pesquisa, foi um sucesso espetacular, enquanto seus problemas colocaram simultaneamente a discussão metodológica para além da capacidade e do interesse da maioria dos geógrafos praticantes. O livro foi reverenciado como um talismã do ponto a que havia chegado da geografia [naquele momento].

A ironia é que este retiro ao trabalho metodológico se deu com base em suposições filosóficas não examinadas. Como Weber pôde ter seguido Rickert mais de perto (o que ele fez) e ainda assim ter evitado as consequências regressivas que chegaram à geografia via Hartshorne? A resposta está implícita na pergunta. O acordo de Weber com Rickert, o posicionamento de sua teoria social em relação a Kant e sua busca por uma teoria normativa de valor foram, independentemente de seu destino, o resultado de um intenso questionamento. De

modo algum indiscutível, esta segurança filosófica o liberou para mover-se livremente entre questões políticas e sociais contemporâneas, de um lado, e questões filosóficas, do outro. Hartshorne, pelo contrário, não alcança tal liberdade. Ele não poderia sequer conseguir uma reconciliação parcial com a tradição filosófica kantiana enquanto menospreza Kant e o neokantismo e os considera como desinteressantes, além da geografia, apenas filosofia. Ele não tira Kant de seu sistema nem aprende a viver com ele, precisamente porque nega que o Kant filosófico sempre esteve presente. O verdadeiro papel de Hartshorne na história da geografia foi o de nos levar de volta à filosofia do século XVIII.

Em justiça a Hartshorne, deve ser dito que ele não realizou sozinho o isolamento da geografia americana de meados do século XX. O grande retiro já estava em andamento quando ele obteve seu Ph.D. de Chicago, em 1924. O fato de não ter sido efetivamente desafiado até os anos 50 era também uma responsabilidade disciplinar mais ampla. Se Hartshorne tentou estreitar os fundamentos da disciplina, também vale a pena lembrar que ele herdou uma tradição filosófica muito estreita, nos Estados Unidos, se não na Europa continental. Além disso, que Sauer possa ser razoavelmente considerado seu maior adversário intelectual da época é causa de preocupação, pois Sauer compartilhou muito com Hartshorne - ambos eram neokantianos cuja principal inspiração veio da geografia alemã, especificamente da Hettner. Se Sauer era mais orientado histórica, cultural e materialmente, estas diferenças não eram dramáticas no escopo intelectual mais amplo do período.

A situação hoje é dramaticamente diferente. Não apenas muitos geógrafos são conhecedores de inúmeras mudanças, evoluções e novas direções no mainstream intelectual, especialmente na teoria social, como a disciplina é internamente mais diversificada. Então, por que o trabalho de Hartshorne está agora novamente chamando a atenção como parte de uma revisão e reavaliação mais ampla da história da geografia?

Em primeiro lugar, a crítica humanista do positivismo recolocou o indivíduo humano como um assunto geográfico coerente; o significado, a singularidade e a individualidade são centrais para estes trabalhos e as tradições kantianas e neokantianas estão sendo exploradas para se obter insights (Livingstone e Harrison, 1981, Entrikin, 1985). Em segundo lugar, há uma reação ao marxismo. Em retrospectiva, a capacidade da teoria marxista de definir fortemente a vanguarda da pesquisa nos anos 70 e início dos anos 80 é certamente surpreendente dado o crescente conservadorismo político do período. A escassez de teorias

sociais concorrentes, mesmo após o surgimento do positivismo, significou que, na geografia, de forma desproporcional, a pesquisa e a teoria social marxista foram, por um curto período, praticamente sinônimos. Os anos 80, no entanto, assistiram a uma desconstrução contínua da teoria marxista nas ciências sociais. A geografia humana, ao que parece, passou por quase um século de pensamento social em menos de três décadas. Aqui, como em todas as ciências sociais, podemos agora observar um corpo de teoria social altamente eclético e politicamente neutralizado. Dentro da geografia, houve uma certa convergência para a incorporação de alguns dos conceitos inicialmente adotados pelos humanistas, mas com a exigência por uma busca maior de exposição teórica. Daí os esforços de Giddens para dar maior centralidade a uma agência individual contra o estruturalismo. Anteriormente atraída pelo estruturalismo de Althusser, a sugestão de Massey (1985, 19) de que “o único está de volta à agenda” ressoa fortemente entre geógrafos de perspectivas muito diversas. O despertar do interesse em Hartshorne deve ser entendido nesse contexto.

Corresponder à atual reestruturação social, política e geográfica é uma reestruturação cultural e intelectual do modernismo suficientemente profunda para que noções de pós-modernismo tenham se tornado centrais na teoria social. Não é apenas a estrutura e a política do marxismo que está sendo desconstruída; a teia de fronteiras disciplinares que define a centenária divisão do trabalho acadêmico está por si só dando sinais de derretimento no ar. A definição da geografia (1980) de Michael Eliot-Hurst (muitas vezes não apontada) está sendo colocada em prática diante de nossos olhos, menos através de uma agência radical de qualquer golpe de Estado disciplinar e mais através de uma reestruturação interna através das ciências sociais. Com ela, vem uma nova centralidade do espaço geográfico na teoria crítica social (Soja 1989).

Os paralelos com o fin de siècle e a emergência de um alto modernismo não devem ser exagerados, mas agora como naquela época, uma reestruturação intelectual é acompanhada de uma reestruturação material das condições da sociedade (Harvey, 1989). Um renascimento kantiano está entrelaçado com uma redescoberta do espaço. O primeiro renascimento kantiano de um século atrás também incorporou aspirações políticas específicas, incluindo a visão liberal de uma Alemanha unificada. A expansão e institucionalização da geografia prosseguiu rapidamente após a confirmação de Bismarck, em 1871, como primeiro chanceler do Império Alemão. Na França, o neokantismo “foi utilizado para rejeitar ideologias concorrentes e para

promover a ideologia secularizada, individualista e nacionalista da recém-criada Terceira República” (Berdoulay, 1978, 80).

A forma e a trajetória da teoria social contemporânea se assemelham a uma difícil *gestalt*. De um ângulo, a diversidade eclética e a ênfase na particularidade pretendem ser um antídoto contra “totalizar” os discursos, que são mantidos para enfatizar a unidade e a generalidade sobre a diferença e a singularidade. Estas novas saídas exortam o empoderamento político de indivíduos e agentes particulares contra a estrutura social e a organização revolucionária. De um ângulo diferente, o ressurgimento de temas neokantianos está implicado em duas tendências específicas: primeiro, o privilégio do indivíduo e do local sobre o empoderamento global ou social; segundo, a chamada *guinada linguística* e uma ênfase desproporcional na capacidade “proativa” dos indivíduos de construir seu próprio mundo através da construção do discurso e da formação de conceitos. Juntas, essas tendências ameaçam um novo conjunto de dualismos com consequências igualmente políticas. Elas acentuam a fragmentação e despolitização das pessoas unidas com base na classe, gênero, raça e assim por diante. A diferença epistemológica constrói a distinção social. A atual reorientação das ideias em direção a Kant e ao neokantismo é em parte o meio político para colocar o sentido radical de volta na garrafa, não apenas na geografia, mas em todas as Ciências Sociais. A reabilitação de Hartshorne nesse contexto, por mais parcial e cuidadosa que seja, daria lugar a um novo antimodernismo que, embora nunca atinja o poder de devolver a geografia ao museu, poderia contribuir para um aprofundamento do “grande deserto da mente americana” (Kirby, 1989) e para o maior isolamento da ciência social em relação ao mundo que ela compreenderia.

Agradecimentos

Além de várias contribuições anônimas, eu gostaria de agradecer a Nick Entrikirt, David Harvey, Don Mitchell, Julie Tuason e John E. Brush pelos comentários muito úteis. John Holmes da Universidade de Queensland também ofereceu comentários, assim como um ambiente mais contemplativo para escrever. Ao próprio professor Hartshorne, sou grato pelas críticas espirituosas a um rascunho anterior.

Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. *Lenin and philosophy*. New York: Monthly Review Press.

ALTHUSSER, Louis. BALIBAR, Etienne. *Reading capital*. London: New Left books, 1970.

BANSE, Ewald. *Landschaft und Seele*. Neue Wege der Untersuchung und Gestaltung. Munich: R. Oldenbourg, 1928.

BARROWS, Harlan. Geography as human ecology. *Annals of the Association of American Geographers*, 13, 1923, pp. 1-14.

BEER, M. Der moderne Englische Imperialismus. *Die Neue Zeit*, 41, 1898, pp. 300-306.

BERDOULAY, Vincent. The Vidal-Durkheim debate. In: LEY, David; SAMUELS, Marwyn S (eds). *Humanistic geography: Prospect and problems*. Chicago: Maaroufa Press, 1978, pp. 77-90.

BERDOULAY, Vincent. The contextual approach. In: STODDART, David. *Geography, ideology and social concern*. Oxford: Basil Blackwell, 1981, pp. 8-16.

BERMAN, Marshall. *All that is solid melts into air: The experience of modernity*. New York: Simon and Schuster, 1982.

BOWMAN, Isaiah. *Geography in relation to the social sciences*. New York: Charles Scribner and Son, 1934.

BREITBART, Myrna. Peter Kropotkin, the Anarchist geographer. In: STODDART, David. *Geography, ideology and social concern*. Oxford: Basil Blackwell, 1981, pp. 134-64.

CAPEL, Horacio. Institutionalization of geography and strategies of change. In: STODDART, David. *Geography, ideology and social concern*. Oxford: Basil Blackwell, 1981, pp. 37-69.

CASSIRER, Ernst. *Kant's life and thought*. New Haven, CT: Yale University Press, 1981.

COLLINGWOOD, R. G. *The idea of history*. New York: Oxford Galaxy Books, 1957.

COSGROVE, Denis. *Social formation and symbolic landscape*. London: Croom Helm, 1984.

COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the evolution of the landscape idea. *Transaction of British Geographers N.S.*, 10, 1985, pp. 45-62.

COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen J. (eds). *Iconography of landscape*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CRONON, William. *Changes in the land. Indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill & Wang, 1983.

DODGE, Stanley. The chorology of the Claremont-Sprigfield region in the Upper Connecticut Valley in New Hampshire and Vermont. *Papers of the Michigan Academy of Science, Arts and Letters*, 22, 1936, pp. 335-53.

ELIOT-HURST, Michael. Geography, social Science and society; Towards a de-definition. *Australian Geographical Society*, 70, 1980, pp. 3-21.

ENTRIKIN, J. Nicholas. Robert Park's human ecology and human geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 70, 1980, pp. 43-58.

ENTRIKIN, J. Nicholas. Carl O. Sauer, philosopher in spite of himself. *Geographical Review*, 74, 1984, pp. 387-408.

ENTRIKIN, J. Nicholas. Humanism, naturalism and geographical thought. *Geographical Analysis*, 17, 1985, pp. 243-47.

GARNETT, Christopher Browne. *The Kantian philosophy of space*. Port Washington, NY: Kennikat Press, 1939.

GERLAND, Georg. Immanuel Kant, seine geographischen und anthropologischen Arbeiten. *Kant-Studien*, 19, 1905, pp. 1-43, pp. 417-547.

GIDDENS, Anthony. *A contemporary critique of historical materialism*. Berkeley: University of California Press, 1981.

GIDDENS, Anthony. *The constitution of society*. Berkeley: University of California Press, 1984.

GLICK, Thomas F. In search of geography. *Isis*, 74, vol. 271, 1983, pp. 92-97.

GODLEWSKA, Anne. Traditions, crisis and new paradigms in the rise of the modern French discipline of geography 1760-1850. *Annals of the Association of American Geographers*, 79, 1989, pp. 192-213.

HABERMAS, Jürgen. *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press, 1975.

HABERMAS, Jürgen. *Communication and the evolution of society*. Boston: Beacon Press, 1979.

HART, John Fraser. The highest form of the geographer's art. *Annals of the Association of American Geographers*, 72, 1982, pp. 205-44.

HARTSHORNE, Richard. 'Exceptionalism in geography' re-examined. *Annals of the Association of American Geographers*, 45, 1955, pp. 205-44.

HARTSHORNE, Richard. The concept of geography as a Science of space, from Kant and Humboldt to Hettner. *Annals of the Association of American Geographers*, 48, 1958, pp. 97-108.

HARTSHORNE, Richard. *The Nature of Geography*. A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster, PA: Association of American Geographers, 1961.

HARTSHORNE, Richard. Review. "Kant's concept of geography" by J. A. May. *Canadian Geographer*, 16, 1972, pp. 77-79.

HARTSHORNE, Richard. Notes toward a bibliography of The Nature of Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 69, 1979, pp. 63-76.

HARTSHORNE, Richard. Hettner's exceptionalism- fact or fiction. *History of Geography Journal*, 6, 1988, pp. 1-4.

HARVEY, David. *Explanation in geography*. London: Edward Arnold, 1969.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell, 1989, em publicação.

HETTNER, Alfred. *Die Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen, und ihre Methoden*. Breslau: Hirt, 1927.

HUDSON, Brian. The new geography and the new imperialism, 1870-1918. *Antipode*, 9, vol. 2, 1977, pp. 12-19.

JAY, Martin. *The dialectical imagination. A history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research 1923-1950*. London: Heinemann, 1973.

KANT, Immanuel. *Critique of pure reason*. London: Macmillan, 1919 ed.

KANT, Immanuel. Physische geographie. *Gesammelte Schriften*. Bd, 9, 1923 ed., pp. 151-436.

KERN, Stephen. *The culture of time and space*. London: Wiedenfield and Nicholson, 1983.

KIRBY, Andrew. The great desert of the American mind. Concepts of space and time and their historiographic implications. In: BROWN, JoAnne; VAN KEUREN, David (eds.). *The estate of social knowledge*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989, em publicação.

LEIGHLY, John. Somme comments on contemporary geographic methods. *Annals of the Association of American Geographers*, 27, 1937, pp. 125-41.

LENIN, Vladimir. *Imperialism, the highest stage of capitalism*. Beijing: Progress Publishers, 1917.

LIVINGSTONE, David N. Nathaniel *Southgate Shaler and the culture of American Science*. Tuscaloosa, AL: University of Alabama Press, 1987.

LIVINGSTONE, David N. HARRISON, R. T. Immanuel Kant, subjectivism, and human geography: A preliminary investigation. *Transactions, Institute of British Geographers N. S.*, 6, 1981, pp. 359-74.

LYOTARD, Jean-François. *The postmodern condition: A report on knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

MACKINDER, H. J. The geographical pivot of history. *Geographical Journal*, 23, 1904, pp. 421-37.

MARSHALL, Alfred. *Principles of economics*. London: Macmillan, 1980.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *The communist manifesto*. New York: Meredith Corporation, 1955 ed.

MASSEY, Doreen. New directions in space. In: GREGORY, Derek; URRY, John. *Social relations and spatial structures*. Basingstoke, England: Macmillan, 1985. Pp. 265-95.

MAY, J. A. *Kant's concept of geography and its relation to recent geographical thought*. Toronto: University of Toronto Press, 1970.

MAY, J. A. A reply to Professor Hartshorne. *Canadian Geographer*, 16, 1972, pp. 79-81.

OAKES, Guy. Weber and the Southwest German School. The genesis of the concept of the historical individual. In: WOLFGANG, J. Mommsen; OSTERHAMMEL, Jürgen. (eds). *Max Weber and his contemporaries*. London: George Allen and Unwin, 1987, pp. 434-46.

OLWING, Kenneth. *Nature's ideological landscape*. London: George Allen and Unwin, 1984.

PARK, Robert. *The city*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PEET, Richard. The social origins of environmental determinism. *Annals of the Association of American Geographers*, 75, 1985, pp. 309-33.

POWELL, Joe. *An historical geography of modern Australia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PRUNTY, Merle C. Southern geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 69, 1979, pp. 53-58.

PUDUP, Mary Beth. Arguments within regional geography. *Progress in Human Geography*, 12, 1988, pp. 369-90.

RICKERT, Heinrich. *Science and history*. A critique of positivist epistemology. Princeton, NJ: Van Nostrand, 1962.

RORTY, Richard. *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.

RUSSEL, Bertrand. *History of western philosophy*. New York: Simon and Schuster, 1945.

SAUER, Carl. Foreword to historical geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 31, 1941, pp. 1-24.

SAYER, R. A. *Method in social science: A realist approach*. London: Hutchinson, 1984.

SCHAEFER, Fred. Exceptionalism in geography: A methodological examination. *Annals of the Association of American Geographers*, 43, 1953, pp. 226-49.

SCHMIDT, Alfred. *The concept of nature in Marx*. London: New Left Books, 1971.

SCHORSKE, Carl. *Fin de siècle Vienna: Politics and culture*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1980.

SMITH, Neil. Symptomatic silence in Althusser: The concept of nature and the unity of Science. *Science and Society*, 44, 1980, pp. 69-76.

SMITH, Neil. Political geographers of the past. Isaiah Bowman: Political geography and geopolitics. *Political Geography Quarterly*, 3, 1984^a, pp. 69-76.

SMITH, Neil. *Uneven development: Nature, capital and the production of space*. Oxford: Basil Blackwell, 1984b.

SMITH, Neil. For history of geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 78, 1988, pp. 159-63.

SOJA, Edward. *Postmodern geography: The reassertion of space in critical social theory*. London: Verso, 1989.

SOLOT, Michael. Carl Sauer and cultural evolution. *Annals of the Association of American Geographers*, 76, 1986, pp. 508-20.

STODDART, David R. Darwin's impact on geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 56, 1966, pp. 683-98.

STODDART, David R. *On geography*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

SUPAN, Alexander. *Die territoriale Entwicklung der Europäischen Kolonien*. Berlin, Gotha: J. Perthes, 1906.

THRIFT, Nigel. On the determination of social action in space and time. *Environment and Planning: Society and Space*, 1, 1983, pp. 23-57.

WILLEY, Thomas E. *Back to Kant: The revival of Kantianism in German social and historical thought. 1860-1914*. Detroit: Wayne State University Press, 1978.

WINDELBAND, Wilhelm. Rectoral address (Strasbourg 1894). *History and Theory*, 19, 1980, pp. 169-85.

ERRATA

- No artigo *Análise das alterações antropogeomorfológicas na Bacia do Rio Cabeça (SP) a partir do uso de geoindicadores*, de autoria de Melina de Melo Silva e Cenira Maria Lupinacci, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *O espaço de batalha urbicida na cidade do Rio de Janeiro*, de autoria de Márcio José Mendonça, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A percepção ambiental enquanto ferramenta para pensar o meio no ensino de geografia*, de autoria de Aldeíze Bonifácio da Silva, Marcela Albino do Nascimento e Maria Francisca Jesus Lírio Ramalho, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, e no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Ensino-aprendizagem do saber religião em Geografia*, de autoria de Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador e Roseane Richele de Medeiros, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Técnicas de sensoriamento remoto para análise temporal do espelho d’água da Lagoa Grande na cidade de Sete Lagoas – MG*, de autoria de Fernanda Mara Coelho Pizani, Max Paulo Rocha Pereira, Matheus Miranda da Silva e Marcos Antônio Timbó Elmiro, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Geografia, escalas e a lua: do geocentrismo à ontologia*, de autoria de Jahan Lopes, publicado na revista Geografias, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A favor da metrópole, contra a metrópole: uma perspectiva lefebvriana da contrarrevolução urbana*, de autoria de Renan dos Santos Sampaio, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No documento *Apresentação do dossiê de traduções: Neil Smith e a história da Geografia anglo-saxã*, de autoria de João Alves de Souza Neto, Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim e Larissa Alves de Lira, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Neil Smith, 1954-2012. Geografia Radical, Geógrafo Marxista, Geógrafo Revolucionário*, de autoria de Paulo Bomfim; Clarissa Cavalcante e Rosana de Campos Fernandes, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *“Guerra Acadêmica no Campo da Geografia”: A Eliminação da Geografia em Harvard, 1947-1951*, de autoria de Fernando José Coscioni, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *O novo mundo de Bowman e o Conselho de Relações Exteriores*, de autoria de Carlos Geraldino, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Geografia como museu: história privada e idealismo conservador em The Nature of Geography*, de autoria de Larissa Alves de Lira, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *Por uma História da Geografia: Resposta aos Comentários*, de autoria de Rafael Augusto Andrade Gomes, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A geografia neocrítica, ou o mundo plano e pluralista da classe executiva*, de autoria de Breno Viotto Pedrosa, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”

- No artigo *A diversão da cultura a política da geografia cultural*, de autoria de João Souza, publicado na revista *Geografias*, v. 17, n. 1, no cabeçalho de todas as páginas: Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.29, n.1, 2021”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021”